



4191585



08106.002735/2017-58



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

REDE EAD-SENASP

RELAÇÃO DE EMENTAS DE CURSOS



ABRIL DE 2017



4194523



08106.002735/2017-58

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****EMENTA****FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS APLICADA A ATUAÇÃO POLICIAL II - CASOS PRÁTICOS****FDHAPCP**

| | |
|------------------------|---|
| Informações gerais: | Modalidade: Curso a distância Carga Horária: 60h/aula Área da Matriz Curricular Nacional: Área temática III – Conhecimentos Jurídicos. |
| Apresentação: | Partindo da operacionalização da lei é possível observa-la e estudá-la sob dois aspectos: de um lado a perspectiva do cidadão de esperar por respeito e proteção de seus direitos no momento de contato com as forças policiais do Estado, especialmente quanto a sua integridade física e, por outro lado, a visão dos agentes do Estado que se descortina em uma séria e constante problemática jurídica na operacionalização dos Direitos Humanos quanto a abordagem; ao uso da força e das armas de fogo quando eles gerenciam conflitos sociais de diversas naturezas no seu dia-a-dia. Neste curso você estudará os posicionamentos do Poder Judiciário ao avaliar a atuação dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei e as consequências administrativas, penais e financeiras quando a ação é julgada incorreta. |
| Público de Interesse: | O curso se destina aos profissionais da área de segurança pública e aos profissionais administrativos que atuam nessas instituições. |
| Requisitos: | Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada a Atuação Policial- VA ou Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada a Atuação Policial |
| Recomendações: | Recomenda-se que você tenha disponibilidade de 5 a 7 horas por semana para leitura dos módulos e materiais complementares, audição dos áudios, pesquisas, realização de exercícios e interação com tutor e demais estudantes. |
| Conteúdo Programático: | Módulo 1 – Direitos humanos e <i>accountability</i> nas agências responsáveis pela aplicação da lei. Módulo 2 – Implicações administrativas e penais na vida profissional do funcionário responsáveis pela aplicação da lei. Módulo 3 – Implicações financeiras na vida profissional do funcionário responsável pela aplicação da lei. |

| | |
|-----------------------------|--|
| | Módulo 4 – Posicionamentos dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos diante das denúncias contra o Brasil |
| Referências Bibliográficas: | <p>ALVES, José Augusto Lidgren. A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos. Brasília: FTD, 1997.</p> <p>BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. Trad. René Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.</p> <p>CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro. San Jose de Costa Rica/Brasília - Brasil: Mars editora, 1996.</p> <p>DANTAS, Adelaide Simone Navarro. O Papel das Polícias Militares junto a Sociedade Brasileira. Brasília: Gráfica e Editora Inconfidência, 1997.</p> <p>LEMGRUBER, Julita. MUSUMECI, Leonarda, CANO, Inácio. Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.</p> |